

Moção enviada aos Excelentíssimos Senhores: Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Lorena Jardim; Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa; Presidente da Agência Espacial Brasileira, José Raimundo Braga Coelho; Presidente da Fundação Cultural Palmares, Erivaldo Oliveira da Silva; Procurador Geral da República; Rodrigo Janot Monteiro de Barros e aos Deputados e Senadores do Congresso Nacional.

São Paulo, 15 de agosto de 2017
SBPC-162/Dir.

Excelentíssimo Senhor
Ministro TORQUATO LORENA JARDIM
Ministério da Justiça, Segurança Pública
Brasília, DF.

Senhor Ministro,

Encaminhamos, abaixo, para conhecimento e eventuais providências, cópia de Moção aprovada durante a Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 20 de julho de 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, por ocasião da 69ª Reunião Anual da SBPC.

Título: Repúdio ao deslocamento compulsório de comunidades quilombolas de Alcântara (MA) e em defesa da Base Espacial de Alcântara

Resumo: Em defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara, exigindo a sua titulação, e contra a cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos da América, tal como tem sido noticiado.

Texto da Moção: A Assembleia Geral da SBPC, reunida no dia 20 de julho de 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG), no decorrer da 69ª Reunião Anual da SBPC, reitera, por razões científicas e humanitárias, os termos do documento abaixo apresentado, que foi referendado por associações voluntárias da sociedade civil e instituições universitárias (PPGCSPA-UEMA), durante Audiência Pública realizada em Alcântara no dia 25 de maio de 2017: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara – (STTR), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – (MABE) e Movimento De Mulheres Trabalhadoras de Alcântara – (Momtra).

“CARTA AO POVO BRASILEIRO

A BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA É NOSSA E DEVE SERVIR SOBERANA E DEMOCRATICAMENTE AO POVO BRASILEIRO. Alcântara/MA, 19/02/2017

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (STTR/Alcântara), o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara, organizações sociais que historicamente se colocam na luta e defesa do território quilombola de Alcântara REPUDIAM veementemente os fatos noticiados recentemente por diversos meios de comunicação sobre a negociação orquestrada pelo então titular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil cuja finalidade é a cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos da América, pelos fatos e razões expostos seguir.

Como é de amplo e irrestrito conhecimento de toda a comunidade nacional e internacional o movimento quilombola de Alcântara, representado pelas instituições acima, sempre se colocou na dianteira do debate crítico acerca da política espacial brasileira, desenvolvida a partir da Base Espacial de Alcântara, sobretudo porque toda e qualquer intervenção ali produzida reverberará no cotidiano das comunidades quilombolas de Alcântara.

O protagonismo histórico da luta do movimento quilombola de Alcântara, cuja fala há mais de três décadas ecoa na arena pública do embate político, agora com o mesmo vigor e entusiasmo, e também lançando mão da lucidez política necessária, ergue-se na defesa da soberania do povo brasileiro ao se posicionar absolutamente contrário à cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos da América. A Base Espacial é um patrimônio do povo brasileiro e para este deve estar a serviço.

Como é sabido, sempre questionamos em diversos espaços e fóruns, inclusive acadêmicos, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro, na condução da política espacial brasileira, pois, as

propostas até então apresentadas sempre convergem na perda do nosso território e dos direitos fundamentais dele correlatos, razão pela qual, diversas ações judiciais tramitam nos tribunais nacionais

contra o governo brasileiro, e mesmo nos tribunais internacionais a exemplo das ações em curso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Organização Internacional do Trabalho, denunciando as violações de direitos perpetradas pelo governo brasileiro no comando da política espacial em Alcântara.

Neste contexto, destacamos o que nos é mais caro: o não cumprimento pelo Estado brasileiro da norma constitucional dispensada no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do texto constitucional de 1988, isto é, a não titulação do território quilombola de Alcântara, cujo processo se arrasta desde o final da década de 1990, sem que até o momento tenha se encontrado uma solução que assegure os direitos das famílias quilombolas. O conflito social de Alcântara coloca dois grandes protagonistas em posições opostas do debate, sem quaisquer prejuízos dos demais atores envolvidos. De um lado o governo brasileiro que sustenta o atual modelo de desenvolvimento da política espacial, e de outro lado, as comunidades quilombolas que têm diariamente seus direitos territoriais ameaçados em virtude de um equivocado programa espacial que já demonstrara, por diversos e lamentáveis acidentes e fracassados acordos internacionais, não funcionar.

Apesar disso, **NÃO SOMOS CONTRA A BASE ESPACIAL!** Nutrmos o mais claro entendimento sobre sua importância estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e para o povo brasileiro. A Base Espacial constitui patrimônio científico irrenunciável do povo brasileiro. O seu uso e o seu desenvolvimento, devem servir exaustivamente aos interesses nacionais e da soberania científica do povo brasileiro, colocando o Brasil na linha de frente da exploração da tecnologia espacial. Entregá-la aos interesses estrangeiros significa, no nosso entender, renunciar a todo um esforço e investimento nacional, ainda que tímido, que já fora realizado ferindo, assim, nossa soberania. A proposta encabeçada pelo atual governo afronta a soberania e autonomia científica do povo brasileiro. E mais, os povos quilombolas gozam do direito constitucional a autodeterminação sobre seus territórios; logo, a proposta em questão vai de encontro a Tratados e Convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. No mais, a cessão da Base Espacial de Alcântara aos Estados Unidos ou a qualquer outro país implica na afronta à autodeterminação do povo quilombola de Alcântara na gestão do seu território. E disso não abrimos mão!

Mobilizaremos todos os meios e esforços que estiverem ao alcance para impedir o avanço dessa proposta neoliberalista que na prática fere a soberania do povo brasileiro e de longe a autodeterminação das comunidades quilombolas de Alcântara. Defendemos que a gestão e o desenvolvimento da política espacial brasileira sejam exclusivamente realizados pelo governo brasileiro, em parceria fundamental da comunidade científica brasileira. Só assim teremos um programa aeroespacial sólido, soberano e alicerçado nos valores da democracia, inclusão social e do respeito aos direitos territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara.

Assim, convocamos toda sociedade brasileira a lutar para impedir o avanço da proposta de ceder/alugar/privatizar a Base Espacial de Alcântara aos interesses americanos ou a qualquer outro país. É preciso resistir, tal qual fizemos à época da ALCA e do famigerado “Acordo Brasil – EUA de salvaguarda tecnológica” no início da década 2000. A BASE ESPACIAL é do povo brasileiro, e deve servir aos interesses soberanos e democráticos do povo brasileiro! A tecnologia e o desenvolvimento científico devem estar a serviço dos direitos do povo brasileiro.

Alcântara/MA, 19/02/2017. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara - STTR/Alcântara, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - MABE e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara - MO.”

Se possível, gostaríamos de receber manifestação de Vossa Excelência sobre o assunto, para divulgação aos sócios da SBPC.

Atenciosamente,

ILDEU DE CASTRO MOREIRA
Presidente da SBPC